

## COLABORAM NESTE NÚMERO

### JORGE JATOBA

Ph. D. e M.A. em Economia pela Universidade de Vanderbilt, U.S.A. Professor da Universidade Federal de Pernambuco, membro da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPE.

### WALDECYR C. DE ARAÚJO PEREIRA

Ph. D. em Psicologia e Matemática pela Universidade de Wisconsin, Coordenador do Curso de Mestrado em Psicologia da UFPE.

### CLÁUDIO SOUTO

Professor Titular de Sociologia Jurídica da UFPE., pesquisador, autor de numerosos livros sobre sua especialidade. Colabora em revistas universitárias brasileiras, européias e norte-americanas.

### ROBERTO MOTTA

Mestre em Antropologia, concluiu todos os créditos de Ph. D. na Universidade de Colúmbia, N.Y., estando com tese em fase de conclusão. Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE.

### RUBEM EDUARDO DA SILVA

Mestre em Educação, Livre Docente (1974), membro da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação do Conselho Coordenador do Ensino e Pesquisa da UFPE. Colabora em revistas universitárias nacionais e estrangeiras.

### CELINA RIBEIRO HUTZLER

Mestre em Sociologia, pesquisadora, professor de Cultura Brasileira do Curso de Mestrado em Letras e Lingüística e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE.

### LUIS ANTONIO MARCUSCHI

Doutor em Filosofia da Linguagem pela Universidade Erlangen, República Federal da Alemanha. Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal de Pernambuco. Autor dos livros *Das Beispiel als Methode* (tese de doutoramento) e *Linguagem e Classes Sociais*.

### TELMO FREDERICO DO REGO MACIEL

Livre Docente em Estatística e Economia, Titular por concurso de Econometria da UFPE. Engenheiro Civil e Eletricista, Coordenador do Curso de Mestrado em Estatística da UFPE. Autor de numerosos trabalhos sobre modelos econométricos e modelos operacionais em Engenharia.

### CÉSAR LEAL

Poeta e crítico de Poesia. Adjunto de Teoria da Literatura da UFPE. Autor do livro *Jornal do Verão*, Prêmio Nacional de Poesia da Fundação Cultural de Brasília, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística e Executor do Projeto Nordeste de Pós-Graduação na área de Letras da UFPE.

### RUY DOS SANTOS PEREIRA

Professor Adjunto da UFPE. — Departamento de Clínica Médica.

### ROBERTO DE AMORIM ALMEIDA

Doutor em Filosofia pela Universidade de Munique. Professor Adjunto da UFPE.

## Integração ensino-pesquisa em economia

(Notas para Discussão)\*

Jorge Jatobá\*

### I

Este trabalho visa provocar a discussão em torno de alguns problemas associados à integração do ensino com a pesquisa em Economia. Defender a relevância do tópico não exigirá muito esforço. Recorde-se que todos os centros de pós-graduação em Economia no país se propõem a formar professores e pesquisadores<sup>1</sup>. Cabe também o argumento irrefutável de que a motivação ao aprendizado é tanto maior quanto mais evidenciado fique para o estudante a aplicabilidade do que ele aprendeu.

No entanto, em um seminário de objetivos semelhantes a este, que se realizou em Itaipava em março de 1966, nenhum dos trabalhos apresentados deu relevância a este tópico<sup>2</sup>. De fato, o trabalho de Mário Henrique Simonsen restringiu-se a problemas de ensino de economia a nível de pós-graduação no Brasil, enquanto o de Delfin Neto, com tema semelhante apenas tocou imperceptivelmente no assunto. O trabalho que se dedicou ao tema de pesquisa apresentado por Isaac Kerstenetzky e Julian Maria Chacel resumiu-se a sugerir algumas linhas de investigação econômica para o país como um todo. Conseqüentemente, o leitor atento destes trabalhos não pode fugir da impressão de que as tarefas de ensino e pesquisa a nível de pós-graduação são completamente distintas.

\* Trabalho apresentado ao Seminário sobre Ensino de Economia promovido pela ANPEC, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco.

\* Professor Adjunto do Departamento de Economia e do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal de Pernambuco. O autor agradece as críticas e sugestões dos Professores Carlos Osório de Cerqueira, Olímpio Galvão, Yony Sampaio e Clóvis Cavalcanti.

<sup>1</sup> O regimento interno do PIMES explicita entre os objetivos da instituição «a produção de conhecimentos em Economia e Sociologia em seus diversos campos, através de um estrito interrelacionamento entre a teoria e a pesquisa aplicada».

<sup>2</sup> Vide *Revista Brasileira de Economia*, XX, nº 4 (dezembro de 1966). Apresentaram trabalhos Antônio Delfin Neto, Mário Henrique Simonsen, Manoel Orlando Ferreira, João Paulo dos Reis Velloso, Isaac Kerstenetzky e Julian M. Chacel.

Em contraste, no primeiro seminário sobre Ensino de Economia promovido pela ANPEC (Belo Horizonte, agosto de 1972), o Professor Clóvis Cavalcanti chamou a atenção de seus pares para a compartimentalização existente entre as tarefas de ensino e pesquisa em Economia e para a necessidade de se encarar o ensino como experimental, investigador e como via importante de acesso ao conhecimento<sup>3</sup>.

Estas notas pretendem trazer mais uma vez o tema para discussão constituindo-se em uma extensão dos problemas tratados pelo Prof. Clóvis Cavalcanti em seu oportuno trabalho. Pretendem também propor algumas medidas concretas para fortalecer a integração do ensino formal com a pesquisa nos centros de pós-graduação em Economia do país. Estas notas são bastante simples em seus objetivos e não se constituirão em um ensaio epistemológico nem em uma justificativa de possíveis enfoques metodológicos.

Os temas abordados serão os seguintes. Na próxima seção analisam-se as dificuldades encontradas pelos estudantes na concepção de suas teses de mestrado e associa-se estas dificuldades ao pouco destaque da componente pesquisa na formação do mestrando. Ressalta-se a seguir um conjunto de fatores explicativos dos fracos elos entre o ensino formal e a pesquisa e discutem-se algumas medidas que poderiam fortalecê-los. Na seção III analisa-se os vários estilos de pesquisa, sua natureza, e identifica-se algumas prioridades de investigação econômica para o país como um todo. Algumas provocações de ordem metodológica serão enumeradas nesta seção. Por fim, a última seção identificará possíveis medidas, cuja implementação, por certo, tornará o ensino de Economia mais integrado ao mundo dos fenômenos econômicos concretos.

## II

É um fato que a defasagem entre a conclusão dos cursos e o término das teses de mestrado tem sido, em média, longa. A explicação mais comum para este fato geralmente se prende à

<sup>3</sup> Cf. Clóvis Cavalcanti, *O Papel da Pesquisa*, (Paper apresentado no Seminário Sobre Ensino de Economia promovido pela ANPEC. Belo Horizonte, agosto de 1972). Mimeo.

falta de recursos para financiar as despesas de pesquisa e a manutenção do estudante. Adicione-se outro condimento, qual seja, a forte atração do mercado de trabalho, e obtém-se um quadro que desestimula o estudante a permanecer na Universidade até a conclusão definitiva de sua dissertação de mestrado. Reconhece-se estes casos como muito freqüentes, embora mais recentemente instituições como a FINEP tenha promovido os cursos de mestrado com condições financeiras para minorar estes problemas e acelerar a conclusão das dissertações.

Observa-se, no entanto, que mesmo em situações onde tal ordem de problemas inexista, evidencia-se um período excessivamente longo entre a conclusão dos cursos e a defesa de tese de mestrado. Tal fato, na maioria dos casos, parece refletir, por um lado, a insegurança do mestrando em se envolver de imediato com problemas de pesquisa, e por outro, a dificuldade de usar o aparelho teórico apreendido durante o curso para atacar tanto problemas de teorização (Pesquisa básica) quanto de pesquisa aplicada. A insegurança é natural para os iniciantes. No entanto, a dificuldade na utilização do corpo teórico para a análise de problemas correntes — tanto teóricos quanto «práticos» — parece revelar sintomas de uma séria distonia entre as componentes ensino e pesquisa nos centros de pós-graduação em Economia. A compartimentalização entre teoria e prática leva a que o ensino de teoria não forneça os insumos necessários para que o processo de investigação econômica seja levado a efeito mais facilmente. Atualmente distinguem-se dois estágios na formação de um estudante pós-graduado. No primeiro o aluno é passivo. Este estágio é caracterizado pela freqüência às aulas e pela transcrição para os cadernos, via professor, dos livros textos e leituras complementares. Neste estágio a análise é formal e o mundo concreto dos fatos econômicos não cria nenhum obstáculo ao estudante vez que está fora do quadro analítico. Este é o ensino não-experimental onde teoria e prática são tratados como elementos distintos. Pode-se inferir que sob tais circunstâncias o estudante possa alienar-se e confundir a realidade observável com as teorizações formalmente apresentadas durante aulas e seminários. No segundo estágio, após a conclusão do curso formal, o estudante se defronta um tanto despreparado e inexperiente com a tarefa de elaborar um trabalho

que demonstre sua capacidade de pesquisador em Economia. Neste estágio, mais cedo ou mais tarde, ele aprende que «na prática a teoria é outra», conforme reza o ditado enunciado por aquelas que já possuem algum tempo dedicado à pesquisa e ao ensino. Este ditado sumaria evidência de que muitas formulações teóricas não se constituem em explicação adequada para certos fenômenos, de que na prática muitas concessões têm que ser feitas, e de que muitas suposições heróicas têm que ser aceitas para se poder trabalhar com certos modelos de análise econômica. Este estágio talvez seja o mais doloroso dos dois.

Cabe destacar que não se defende aqui o empiricismo rasteiro nem se despreza a alta abstração, que é um traço fundamental da teorização. O que vem se criticando é a forte dissociação entre teoria e prática, e entre ensino e pesquisa.

Pode-se identificar alguns problemas que, no segundo estágio referido acima, dificultam a realização das tarefas de pesquisa. Em primeiro lugar, e já se fez referência ao fato, o ensino de teoria pode estar sendo conduzido a um nível muito formal, isto é, não tem sido experimental e investigador e não tem contemplado a pesquisa e a prática como laboratórios para o aprendizado de procedimentos de investigação econômica. As bibliografias utilizadas nos cursos de teoria poderiam demonstrar como o corpo teórico pode ser utilizado na investigação de fenômenos econômicos, isto é, que existe um vasto campo de aplicabilidade para os modelos formais e para os conceitos básicos de análise econômica, apreendidos em aulas e seminários. Poder-se-ia também prover o aluno com uma gama de trabalhos que demonstrassem a variedade de enfoques metodológicos para a análise de problemas econômicos semelhantes familiarizando-o, portanto, com as diversas «escolas» existentes. Tal procedimento é importante, por exemplo, para desmistificar e denunciar a noção corrente e falaciosa de que a aplicação de alguma teoria só é válida se seus parâmetros fundamentais forem sujeitos à mensuração econométrica.

A preocupação de integrar teoria e prática deve ser fundamental à pós-graduação e deveria ser um hábito adquirido desde a graduação. Exigir *papers* no sentido mais convencional

do termo não constitui um bom instrumento de estímulo à investigação teórica e empírica na medida em que estes *papers* se caracterizam como sendo do tipo *survey*, isto é, uma compilação do que alguns economistas já teorizaram e pesquisaram sobre algum tópico convencional da teoria econômica básica e aplicada. Meios para exercitar o aparelho teórico devem ser concebidos a nível de pós-graduação. Ademais, convém insistir no argumento de que a preocupação em exercitar o aparelho teórico deveria começar nos cursos de graduação. Este seria, sobretudo, um hábito pedagógico dos mais desejáveis para cursos de introdução à Economia que no Brasil ainda são muito acadêmicos. A concepção de manuais de «casos» seria recomendável. Estes manuais devem exercitar o uso do aparelho teórico para a análise de problemas econômicos concretos. Estes «casos» podem ser coletados, entre outras fontes, através da Imprensa especializada. Manuais como os propostos aqui deveriam ser elaborados a diversos níveis de dificuldade prestando-se, portanto, tanto para o ensino a nível de graduação quanto de pós-graduação.

Em segundo lugar, cabe inquirir se os cursos de teoria tem avaliado a adequação do aparelho teórico para explicar os fenômenos da atividade econômica, sobretudo aqueles que dizem respeito ao nosso país. Ressaltar a irrelevância ou inadequação de algumas constituições teóricas para explicar a realidade observável é tão importante quanto destacar aquelas áreas do conhecimento que são férteis do ponto de vista de sua capacidade explicativa. Os cursos de teoria devem evidenciar para o estudante a efetiva capacidade de utilização científica de sua área de conhecimento. As listas de leitura nos cursos de teoria deveriam também ser o fundamento para a crítica das estruturas teóricas nelas apresentadas. Infere-se que talvez seja melhor para a sociedade e para o bem da ciência formar um cético do que um dogmático.

Em terceiro lugar, as dificuldades na realização de pesquisas estão também associadas à deficiência de treinamento em áreas — tais como metodologia científica nas Ciências Sociais — que capacitariam o estudante a enfrentar com mais rigor lógico os problemas da pesquisa básica e aplicada. O

conhecimento dos problemas de evolução e constituição científica nas Ciências Sociais, especialmente em Economia, é relevante não só para a compreensão dos diversos enfoques epistemológicos quanto para o disciplinamento lógico-científico necessário àqueles que se dedicam às tarefas de investigação. É o caso, portanto, de se despertar a atenção dos mestrandos para as necessidades nesta área do conhecimento. A Professora Marilena Berlink, por certo, nos deu alguns insumos para reflexão sobre este tema e o Prof. Vilmar Faria nos proveu com uma tipologia de um curso desta natureza que seria adequado aos interesses dos economistas.

A técnica de geração de informações primárias ainda é estranha a muitos economistas. Estes têm usado mais frequentemente — em contraste com as demais Ciências Sociais — dados secundários nos seus trabalhos. É importante que estudantes se familiarizem com a técnica de geração de informações primárias e isso poderia ser feito de duas maneiras:

- a) adquirindo conhecimento das técnicas de elaboração e aplicação de questionários — ou seja — conhecendo como conceber e conduzir uma pesquisa de campo;
- b) conhecendo como os organismos oficiais de estatística coletam informações.

Estes conhecimentos podem ser adquiridos sem necessidade de cursos formais sendo suficiente uma adequada orientação do corpo docente. Alternativamente, tal conhecimento pode ser adquirido em trabalho conjunto com os sociólogos e outros cientistas sociais que possuem vasta experiência no campo. Contudo, seria recomendável que a possibilidade de cursos dessa natureza fosse aberta aos estudantes, em caráter opcional. Tal sugestão não conduz à conclusão que os economistas neste país já tenham utilizado amplamente as informações de caráter secundário fornecidas pelos órgãos oficiais, sendo, portanto, necessário que nos associemos às tarefas de geração de informações primárias. Esta conclusão seria apressada pois constata-se que a oferta de informações vem crescendo a taxas maiores do que os economistas as vem utilizando. Observa-se entretanto que é

elevado o número de estudantes pós-graduados que jamais abriram um censo de qualquer natureza ou mesmo o Anuário Estatístico do Brasil. Desta forma muitos estudantes pós-graduados ao chegarem à fase de tese desconhecem o conjunto de informações secundárias que está a sua disposição. Seria fácil demonstrar a estes estudantes que muitas pesquisas econômicas poderiam ser conduzidas com base exclusivamente nas informações publicadas pela FIBGE. Conseqüentemente, é também relevante, que se oriente os estudantes — de todos os níveis — para que tomem conhecimento da qualidade, disponibilidade e escopo das informações coletadas pelos órgãos oficiais. Este tipo de familiarização com as fontes de informações nacionais pode ser adquirido lentamente e seria o resultado natural de um ensino mais experimental tanto em teoria econômica quanto em métodos quantitativos.

A criação de unidades de pesquisa, conforme sugerida pelo Professor Clóvis Cavalcanti, e formada de professores e estudantes que trabalhariam conjuntamente na concepção, execução e redação de relatórios de pesquisa, por certo, fortaleceria a componente pesquisa nos centros de pós-graduação do país<sup>4</sup>. Neste tipo de unidade o estudante não seria um coletador de dados mas participaria ativamente nos estágios mais relevantes do processo.

A concretização dessas medidas tenderia a melhorar a qualidade da tese de mestrado, que é o maior *output* de pesquisa do estudante pós-graduado, e reduziria por certo, o grau de dificuldade encontrado durante a sua elaboração. No final ter-se-á um mestre mais familiarizado com os procedimentos de investigação científica em economia, mais crítico e cético do que aprendeu, mais qualificado na sua capacidade de recorrer ao aparelho teórico para explicar a realidade e mais familiarizado com as fontes de informação.

Pretende-se discutir a seguir alguns problemas relacionados à natureza das pesquisas na pós-graduação tanto a nível docente quanto discente. Destaca-se também para debate os vários

4 Cf. Clóvis Cavalcanti, *op. cit.*, p. 9

«estilos» de pesquisa, algumas prioridades de investigação econômica, e a possibilidade de trabalhos conjuntos com outras áreas das Ciências Sociais.

### III

O cadastro de Professores e Pesquisadores da ANPEC demonstra que a maior parte dos professores de pós-graduação em Economia do país foram treinados nos Estados Unidos e, como a cada país, segundo Harry Johnson, está associado um «estilo» nacional de pesquisa econômica, infere-se, obviamente com algumas exceções, que as pesquisas «brasileiras» a nível docente e, por orientação, as de mestrado, tem seguido o «estilo norte-americano»<sup>5</sup>. Ainda segundo aquele autor foi nos Estados Unidos que se originou a «revolução» da pesquisa em Economia cujas características foram «*the introduction of mathematically-based general equilibrium theory derived from the continental theoretical tradition, the acceptance of mathematics as a more powerful analytical tool than literary logic and commentary, and transmogrification of economic statistics into econometrics*»<sup>6</sup>. Ademais, afirma Harry Johnson, que as novas técnicas de análise matemática e econométrica superam totalmente a sabedoria social e a filosofia que caracterizam o velho estilo da «economia política»<sup>7</sup>. Este tipo de afirmação dá margem para profundas controvérsias epistemológicas. Cabe, no entanto, inquirir se este estilo de pesquisa econômica é o mais desejável. As razões para tal dúvida prendem-se sobretudo ao fato de algumas constituições teóricas com as características descritas acima darem mais destaque à elegância acadêmica e ao formalismo lógico-matemático do que a sua capacidade explicativa da realidade. Recorde-se exatamente a profunda dissatisfação de W. Leontief, entre muitos outros de igual envergadura intelectual, com o estado da teoria e da pesquisa

5 Ver Harry G. Johnson, «National Styles in Economic Research: The United States, The United Kingdom, Canada and Various European Countries», «DAEDALUS — Journal of the American Academy of Arts and Sciences», Vol. 102 (Primavera 1973), pp. 65 - 74.

6 Ibidem, p. 65.

7 Ibidem.

econômica que Harry Johnson tão entusiasticamente defende<sup>8</sup>. Seria o caso, portanto, de se incentivar a emergência de outros estilos de pesquisa econômica tanto básica quanto aplicada?

No caso da pesquisa aplicada, seria insistir no óbvio afirmar de sua importância em um país cuja realidade econômico-social tem muito a ser explorada. Mais interessante e provocativa é a questão do referencial teórico que governa nossa análise. A questão é válida pois o tema a ser investigado pode ser relevante mas os meios analíticos que refletem uma certa constituição teórica, totalmente inadequados. Chega-se ao âmbito da epistemologia e do método, onde as indagações sobre a consistência, validade e verificação do conhecimento, são caracterizados pela controvérsia. Não cabe aqui a discussão sobre este tema sendo melhor que as preferências metodológicas de cada um sejam explicitadas durante a discussão.

Se novas formulações teóricas devem surgir, cabe inquirir quais as áreas de prioridade para a pesquisa básica no país. Ainda mantenho as prioridades que foram traçadas há alguns anos atrás — ou seja — que esforços teóricos sejam desenvolvidos para explicar adequadamente os determinantes da subutilização de recursos humanos e da distribuição de renda, onde é evidente que as constituições teóricas mais convencionais têm sido estéreis<sup>9</sup>. Estes tópicos deverão ser estudados no contexto da teoria do crescimento por razões que considero óbvias e julgo desnecessário justificar. Infere-se, portanto, que teorizações sobre a mecânica e natureza do crescimento econômico brasileiro deverão ser temas de fundamental importância para a pesquisa básica no país.

Nesta seção cabe destacar um aspecto que um dos painéis deste seminário deve ter discutido amplamente — ou seja — possibilidades de integração — tanto em pesquisa básica quanto aplicada — da Economia com as demais Ciências Sociais. As necessidades do país no que diz respeito às

8 W. Leontief, «Theoretical Assumptions and Nonobserved Facts», American Economic Review (XI Março 1971), pp. 1-7, especialmente p. 1.

9 Os encontros na ANPEC têm revelado, através da apresentação de trabalhos, preocupações muito oportunas nestas áreas.

investigações sócio-econômicas — em áreas tais como emprego e distribuição de renda — talvez sejam demasiadas para serem atendidas apenas por economistas. Um enfoque transdisciplinar poderá trazer importantes contribuições para a compreensão mais ampla desses problemas. A Economia tem se isolado muito e criado um mito de auto-suficiência, sobretudo pela excessiva confiança nos métodos estatístico-econômicos como instrumento de pesquisa aplicada e nos métodos matemáticos como instrumento de pesquisa básica.

Finalmente uma idéia para discussão: seria recomendável uma certa especialização em temas de pesquisa por parte de Centros ou grupos de Centros? Seria desejável talvez que alguns centros procurassem orientar suas pesquisas sobre temas particularmente relevantes — a nível de «região», de «setor» ou de «tópico»? Evidentemente não se pretende restringir em demasia o campo de preocupações dos pesquisadores de cada centro, pois assim se estaria negando o caráter da universalidade da pesquisa e limitando a liberdade dos pesquisadores. Não se pretende também correr o risco da super-especialização que traria vieses inevitáveis de uma formação ou orientação *one-sided*. Não seria proveitoso, todavia, que se desenvolvessem certas linhas ou correntes de pensamento em cada centro? Ou será que estas correntes e especializações já tendam a se evidenciar em função das localizações geográficas dos centros, de suas dotações de recursos humanos e de afinidades ideológicas?

Não passa despercebido que os temas discutidos nesta seção se afastaram do propósito geral do trabalho que foi o de debater os problemas de integração da pesquisa com o ensino em Economia. Observe-se, entretanto, que esta separação é um tanto fictícia pois os temas discutidos nesta seção são de fundamental importância para as tarefas de pesquisa nos centros de pós-graduação do país. Se algumas das modificações aqui sugeridas forem implementadas, por certo, afetarão a natureza e estrutura do ensino e obviamente a orientação, qualidade e escopo das teses de mestrado e pesquisas do corpo docente. Como se defende a idéia de que as tarefas de ensino e pesquisa não sejam compartimentalizadas, o ensino de Economia sofreria impacto em função dessas modificações.

## IV

Retomando o tema central do trabalho, enumeram-se nesta seção algumas sugestões para fortalecer a integração ensino pesquisa em Economia. Tais sugestões emanam do ponto de vista do autor de que o ensino de Ciência deve ser experimental e investigador e que as tarefas de pesquisa e ensino são sobretudo atividades complementares.

Sugere-se:

- a) estimular os estudantes de pós-graduação a terem treinamento na área de Metodologia Científica das Ciências Sociais. Esta disciplina é em geral oferecida nos Departamentos de Filosofia e/ou Ciências Sociais. A disciplina também poderia ser oferecida em caráter opcional pelos cursos de pós-graduação em Economia e idealmente deveria contar com a contribuição de economistas que tivessem conhecimento dos problemas epistemológicos na sua especialidade. Nesta disciplina sugere-se solicitar do estudante um projeto de pesquisa, que poderá ser seu projeto de dissertação de mestrado. Justifica-se tal medida, pela necessidade que tem o estudante de enfrentar antes da fase de tese um exercício de identificação de tópicos de pesquisa que atenda a todos os requisitos acadêmicos. A delimitação do tópico, sua relevância e o método de análise estão entre os problemas defrontados por aqueles que se iniciam nas tarefas de pesquisa. Um treinamento adequado nesta área poderá tornar mais eficiente o trabalho de investigação do mestrando tanto para atender ao seu interesse imediato que é o de finalizar com sucesso seu curso de pós-graduação quanto nos seus trabalhos futuros como profissional.
- b) atribuir créditos a atividades de pesquisa dos mestrandos quando realizada conjuntamente com o corpo docente. Deveria ser estimulada a criação de grupos de pesquisa formados por professores e estudantes,

devendo a participação dos últimos na concepção, execução e redação de relatórios de pesquisa, ser premiada com créditos.

- c) incorporar à lista de leituras dos cursos de teoria econômica bibliografia representativa das várias tendências atuais da pesquisa básica e aplicada em Economia. A bibliografia deve ser crítica e servir de base para a avaliação das estruturas teóricas apresentadas.
- d) criar condições financeiras e alocar recursos humanos para a elaboração de manuais de «casos» — a diversos níveis de dificuldade — que habituem o estudante a exercitar a aplicação do aparelho teórico para a interpretação e análise de fenômenos correntes.
- e) familiarizar os estudantes com as fontes de informações estatísticas nacionais e internacionais e com as técnicas utilizadas por órgãos oficiais para a geração de dados primários. Frequência a cursos de métodos e técnicas de pesquisa poderia ser estimulada.
- f) incentivar a elaboração de teses de mestrado nas quais seja necessário o apoio analítico de outras Ciências Sociais (Sociologia, Demografia, etc.). Isto incentivaria a integração do aparelho analítico do economista com os de outras Ciências Sociais para a análise de problemas cujos aspectos econômicos constituem apenas uma face da moeda.
- g) que as informações geradas por pesquisas realizadas pelos centros de pós-graduação em Economia em convênios com organismos nacionais e internacionais sejam utilizadas como insumos para teses de mestrado. No caso do CME-PIMES dez teses de mestrado estão sendo realizadas utilizando levantamentos feitos em convênio com o Banco Mundial e SUDENE. Este é um exemplo de integração pesquisa corpo-docente-discente.

- h) que haja maior intercâmbio entre os Centros no que se refere ao *output* de pesquisa do corpo docente e discente. Recomenda-se que todos os Centros distribuam entre si todas as pesquisas realizadas e teses aprovadas. Sugere-se também que a ANPEC atualize e divulgue o catálogo de pesquisas já concluídas e em andamento, em cada Centro.

Finalmente, embora não se tenha dado destaque ao tema, é relevante para incentivar o estudante a iniciar — logo após a conclusão dos cursos — seu trabalho de tese, que se criem as condições financeiras necessárias para assegurar sua manutenção e cobrir as despesas de pesquisa. Existem atualmente fundos do Governo Brasileiro e de Fundações Privadas para esse fim. Seria recomendável avaliar a eficácia com que estes recursos vêm sendo utilizados e se fontes alternativas de financiamento se encontram disponíveis.